

# PREGÃO ELETRÔNICO

90010/2026

## **CONTRATANTE (UASG)**

Comando de Bombeiros do Interior 1 – (180390)

## **OBJETO**

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PERMANENTE DIVERSOS FT CBI-1.

## **VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO**

R\$ 166.880,69 (cento e sessenta e seis mil, oitocentos e oitenta reais e sessenta e nove centavos)

## **DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

Dia 13/05/2026 às 09:00h (horário de Brasília)

## **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

Menor preço por item

## **MODO DE DISPUTA:**

Aberto

## **PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS**

Sim



Baixe o app [Compras.gov.br](https://compras.gov.br)  
e apresente sua proposta

## Sumário

1. DO OBJETO .....	1
2. DO REGISTRO DE PREÇOS.....	1
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	1
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	3
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	4
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	5
7. DA FASE DE JULGAMENTO .....	8
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	9
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	11
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA .....	11
11. DOS RECURSOS .....	11
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	12
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	14
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	15



**Governo do Estado de São Paulo  
Polícia Militar do Estado de São Paulo  
CBI-1 UGE**

**EDITAL**

**POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMANDO DE BOMBEIROS DO INTERIOR 1 – UASG 180390**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2026.**

Processo Administrativo nº 057.00180362/2026-49

Torna-se público que o(a) Estado de São Paulo por meio do(a) Comando de Bombeiros do Interior - 1 sediado(a) Rua Latino Coelho, 20 – Parque Taquaral, Campinas/SP realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do [Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023](#), da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022](#), e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

**1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES DIVERSOS PARA A FORÇA TAREFA DO CBI-1** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. *A licitação será dividida em itens, conforme definido no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.*

**2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. *A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.*

**3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Nos limites previstos no art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e na [Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, bem como para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007](#), e no art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1. *Para os itens a participação é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 2007](#), e no art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#) (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10), nos termos do [art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#).*

3.5.1.1. *O tratamento favorecido a que se refere a subdivisão acima fica limitado às microempresas, às empresas de pequeno porte e às cooperativas que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.*

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. *Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).*

#### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o *preço*, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte *ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 2007](#)* deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#), excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos [§§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado](#), conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), as microempresas, as empresas de pequeno porte e as *cooperativas* que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados

extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e *equiparadas*, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e *equiparadas*, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada..

4.4.6. *O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).*

4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. *Valor unitário e total do item;*

5.1.2. *Marca;*

5.1.3. *Fabricante;*

5.1.4. *Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo especificado na documentação que constitui Anexo deste Edital.*

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na

legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e § 1º, inc. II, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inc. IX, da Constituição Federal](#), e do art. 33, inc. X, da [Constituição do Estado de São Paulo](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de *valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de *percentuais* entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de *1% por cento*.



6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.

6.11. *Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.*

6.11.1. *A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.*

6.11.2. *A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.*

6.11.3. *Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.*

6.11.4. *Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.*

6.11.5. *Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.*

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. *Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§ 1º e 2º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#). O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#).*

6.18.1. *Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.*

6.18.2. *A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.*

6.18.3. *Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se*



*manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.*

6.18.4. *No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.*

6.18.5. *Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.*

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no *caput* do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme regulamento;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no *caput* e no § 1º do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.19.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da [Lei Complementar nº 225, de 2026](#), quando for o caso.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer *acima do preço máximo*, definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo

licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (*duas*) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **7. DA FASE DE JULGAMENTO**

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021](#), na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicaf;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e

7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a [Lei nº 10.522, de 2002](#), no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da [Lei Complementar nº 225, de 2026](#).

7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8 .

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. contiver vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

*7.8. Serão considerados indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.*

*7.8.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:*

*7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e*

*7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.*

7.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.10.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

## **8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

8.1.2. Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.1.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 64](#)):

- 8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.
- 8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.
- 8.15. *A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 2007](#) (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.*
- 8.15.1. *Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.*
- 8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

## **9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1. *A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.*

## **10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

10.1. *A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.*

## **11. DOS RECURSOS**

- 11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;
- 11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.
- 11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o

recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados *pelo meio eletrônico [www.gov.br](http://www.gov.br); [cbi1uge@policiamilitar.sp.gov.br](mailto:cbi1uge@policiamilitar.sp.gov.br) e [www.corpodebombeiros.sp.gov.br](http://www.corpodebombeiros.sp.gov.br).*

## **12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:

12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

*12.1.5.4. deixar de apresentar amostra, caso exigida na documentação que integra este Edital; ou*

*12.1.5.5. caso exigida na documentação que integra este Edital, apresentar amostra em desacordo com as especificações do Edital;*

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

*12.1.10.3. caso exigida na documentação que integra este Edital, apresentar amostra falsificada ou deteriorada;*



12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013](#).

12.2. Com fundamento na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. *A sanção de multa será calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento, e aplicada após regular processo administrativo.*

12.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.6. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no [art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

### **13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelo(s) seguinte(s) meio(s):* [www.gov.br](http://www.gov.br); [cbi1uge@policiamilitar.sp.gov.br](mailto:cbi1uge@policiamilitar.sp.gov.br) e [www.corpodebombeiros.sp.gov.br](http://www.corpodebombeiros.sp.gov.br).

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas *no sistema e no(s) sítio(s) eletrônico(s) na Internet <http://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp>*, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

## **14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. *A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.*

14.2.1. *Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a emissão de nota de empenho.*

14.2.1.1. *Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.*

14.2.1.2. *Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.*

14.2.1.3. *Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin estadual”, de que trata a [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#). Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#).*

14.2.1.4. *Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.*

14.2.1.5. *Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:*

14.2.1.5.1. *a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;*

14.2.1.5.2. *a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa;*

14.2.1.5.3. *a apresentação do registro ou inscrição do licitante no Conselho Regional de Engenharia e*

*Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU competente, com o visto do CREA/SP ou do CAU/SP, conforme o caso, se o local do registro ou inscrição for situado em região não compreendida na área de jurisdição da referida entidade, observada a legislação aplicável.*

*14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 02 (dois) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#).*

*14.2.2.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.*

*14.2.2.2. O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.*

*14.2.2.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.*

*14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.*

*14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.*

*14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.*

*14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.*

*14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.*

*14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.*

*14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.*

*14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.*

*14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.*

*14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.*

*14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).*

*14.12. Em relação à disciplina acerca de programas de integridade, será observado o disposto no [Decreto estadual nº 69.861, de 11 de setembro de 2025](#), e na [Resolução CGE nº 4, de 27 de fevereiro de 2026](#), quando for o caso.*

*14.13. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.*

*14.14. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas*

(PNCP) e no sítio eletrônico [www.corpodebombeiros.sp.gov.br](http://www.corpodebombeiros.sp.gov.br).

14.15. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.16. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

14.16.1. ANEXO I - *Termo de Referência*;

14.16.1.1. Anexo I.1 – *Estudo Técnico Preliminar*;

14.16.2. ANEXO II – Modelos(s) referente(s) a planilha de proposta;

14.16.3. ANEXO III – Modelo(s) de Declaração(ões);

14.16.4. ANEXO IV – *Cópia do ato normativo sobre sanções aplicável*.

*Campinas, assinatura na data digital.*

**1º Ten PM Michael William Aparecido Camine**

**Subscritor do Edital**



Documento assinado eletronicamente por **Michael William Aparecido Camine, 1. TENENTE PM**, em 29/04/2026, às 16:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.sp.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0104129472** e o código CRC **35AA5C3E**.

---

ESP-COMANDO DE BOMBEIROS DO INTER - 1 (CBI-1)

Termo de Referência 29/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
29/2026	180390-ESP-COMANDO DE BOMBEIROS DO INTER - 1 (CBI-1)	JOSE MARCOS LIGO NASCIMENTO	29/04/2026 16:51 (v 0.8)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		057.00211037/2026-35

1. Definição do objeto

TERMO DE REFERÊNCIA

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO

CORPO DE BOMBEIROS

COMANDO DE BOMBEIROS DO INTERIOR - 1

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de materiais e equipamentos permanentes destinados à estruturação e ao suporte logístico da Força-Tarefa do Comando de Bombeiros do Interior – 1 (CBI-1), nos termos da tabela abaixo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

1.1.1. A seguir, apresentam-se as especificações técnicas dos equipamentos a serem adquiridos, elaboradas com base nas necessidades do serviço operacional e logístico do Corpo de Bombeiros, devendo os itens atender aos requisitos mínimos de qualidade, desempenho e durabilidade.

ITEM	CATMAT	NATUREZA DE DESPESA	ESPECIFICAÇÃO	U.F	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	BEC/SP 5419948	44905234	Soprador Costal equipado com motor que possua tecnologia de combustão de ciclo misto com lubrificação por óleo no combustível e válvulas, com potência mínima de 3,2 kW, destinado ao uso profissional em atividades operacionais. Deverá possuir capacidade de deslocamento de ar mínima de 1.900 m³/h, e velocidade do ar compatível com aplicações em limpeza pesada, rescaldo e apoio a operações em campo. O equipamento deverá contar com sistema de partida facilitada, podendo incluir partida lateral com o equipamento apoiado nas costas (side start), tanque de combustível com autonomia compatível com uso contínuo, bem como estrutura ergonômica tipo costal, com alças	Unidade	06	R\$ 5.394,50	R\$ 32.367,00



	COMPRAS 627515		acolchoadas e sistema antivibração, garantindo conforto e segurança ao operador durante longos períodos de uso. Deverá possuir tubo de sopro resistente, com controle de aceleração integrado, e ser construído com materiais de alta durabilidade, adequados ao uso em ambientes operacionais e condições adversas. O nível de emissão sonora deverá estar dentro dos limites aceitáveis para equipamentos da categoria, conforme normas aplicáveis. O equipamento deverá ser novo, de primeiro uso, acompanhado de manual em língua portuguesa, bem como atender às normas técnicas vigentes, incluindo certificações aplicáveis.				
2	BEC/SP 6534880 COMPRAS 632265	44905234	Grupo gerador de energia elétrica, potência nominal mínima de 35 kVA em regime stand-by, trifásico, 60 Hz, tensão 220/127 V, fator de potência 0,8, destinado a operação de emergência e uso contínuo em aplicações críticas. O motor deverá ser diesel, 4 tempos, com governador eletrônico de velocidade, sistema de arrefecimento por radiador e projetado para aplicação em regime contínuo, atendendo a padrões internacionais de emissões e desempenho. O alternador deverá ser do tipo síncrono, trifásico, sem escovas (brushless), com grau de proteção mínimo IP21, classe de isolamento H, com excitação automática e regulador eletrônico de tensão (AVR), garantindo variação de tensão máxima de $\pm 1\%$ em regime permanente. O conjunto deverá apresentar distorção harmônica total (THD) inferior a 5%, apto à alimentação de cargas sensíveis. O equipamento deverá operar em 60 Hz, com tensão 220/127 V, fator de potência 0,8. O painel de controle deverá ser microprocessado digital, com interface de operação local, compatível com controladores de padrão internacional (Deep Sea, ComAp ou equivalente), permitindo operação manual e automática, monitoramento completo e registro de eventos. Deverá possuir proteções mínimas: baixa pressão de óleo, alta temperatura do motor, sobre/subtensão, sobrecarga, sobrevelocidade e falha de partida, com desligamento automático. O grupo gerador deverá possuir nível de ruído máximo de 75 dB(A) a 7 metros, com carenagem acústica para uso externo (weatherproof), construída em chapa de aço tratada e pintura anticorrosiva. O tanque de combustível deverá garantir autonomia mínima de 8 horas a 75% de carga. O conjunto deverá ser montado em base metálica reforçada com coxins antivibração, possuir pontos de içamento e acesso facilitado para manutenção. O equipamento deverá ser novo, de primeiro uso, acompanhado de manual em língua portuguesa, atender às normas técnicas aplicáveis, possuir garantia mínima de 12 meses e rede de assistência técnica autorizada no território nacional.	Unidade	01	R\$ 73.400,00	R\$ 73.400,00
			Carreta rodoviária para transporte de equipamentos, destinada ao deslocamento de gerador de energia e acessórios, adequada para uso operacional. Deverá possuir chassi em aço estrutural reforçado tipo ASTM A36 ou superior, compatível com o transporte seguro de equipamentos de médio porte. Deverá possuir capacidade de carga compatível com equipamentos de até 1.500 kg, incluindo margem de segurança para acessórios e movimentação. Deverá possuir 02 (dois) eixos, com sistema de suspensão				

3	BEC/SP 5566150 COMPRAS 601958	44905210	adequado, proporcionando maior estabilidade e segurança durante o transporte. Deverá possuir plataforma ou base de apoio dimensionada para fixação segura do equipamento, com pontos de ancoragem ou sistema equivalente. Deverá possuir sistema de engate padrão para reboque, compatível com os veículos utilizados pela Administração. Deverá possuir sistema de iluminação e sinalização conforme normas de trânsito vigentes, incluindo lanternas, setas e refletores. Deverá possuir dispositivos de segurança, tais como correntes de segurança, para-lamas e para-choque traseiro. A estrutura deverá ser adequada para uso em vias pavimentadas e condições operacionais adversas. O equipamento deverá ser novo, de primeiro uso, acompanhado da documentação necessária para registro e regularização, conforme legislação vigente.	Unidade	01	R\$ 28.800,00	R\$ 28.800,00
4	BEC/SP 6326340 COMPRAS 624544	44905234	Forno micro-ondas, destinado ao aquecimento e preparo de alimentos, adequado para uso em apoio às atividades administrativas e operacionais. O equipamento deverá possuir capacidade mínima de 34 litros, permitindo o aquecimento de recipientes de maior volume. Deverá operar em tensão compatível com a rede elétrica local (110V/127V ou bivolt automático). Deverá possuir potência mínima de 900W, garantindo eficiência no aquecimento dos alimentos. O equipamento deverá possuir painel de controle digital ou eletromecânico, com funções básicas de aquecimento, descongelamento e ajuste de tempo. Deverá possuir prato giratório interno, assegurando distribuição uniforme do aquecimento. A estrutura deverá ser confeccionada em material resistente, com cavidade interna de fácil limpeza e porta com visor transparente. Deverá possuir níveis de potência ajustáveis, permitindo diferentes tipos de preparo. O equipamento deverá ser novo, de primeiro uso, acompanhado de manual em língua portuguesa e atender às normas técnicas aplicáveis. Deverá possuir garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.	Unidade	02	R\$ 710,00	R\$ 1.420,00
5	BEC/SP 6540929 COMPRAS 401958	44905234	Projektor multimídia profissional, destinado a apresentações corporativas, instruções operacionais e uso administrativo avançado, com tecnologia de projeção digital LCD, DLP ou equivalente, com fonte de luz laser ou LED híbrido de alta eficiência. O equipamento deverá possuir brilho mínimo de 3.600 ANSI lumens reais, garantindo excelente visibilidade em ambientes iluminados. Deverá possuir resolução nativa mínima Full HD (1920 x 1080), com suporte a padrões modernos de vídeo e informática. O equipamento deverá apresentar alto contraste dinâmico (mínimo equivalente a 100.000:1), com tecnologia de processamento de imagem que assegure nitidez de textos, gráficos e vídeos. Deverá possuir vida útil da fonte de luz mínima de 20.000 horas, com modo econômico para otimização de consumo energético. O equipamento deverá permitir projeção ajustável em diferentes tamanhos de tela, com zoom óptico, foco e correção de distorção (keystone), automática ou manual. Deverá possuir conectividade mínima composta por HDMI, VGA e USB, além de possibilidade de conexão sem fio (wireless ou	Unidade	01	R\$ 3.999,00	R\$ 3.999,00

			equivalente). Deverá possuir alto-falante integrado para uso básico. Deverá ser fornecido com controle remoto, cabos de conexão e alimentação, e manual em língua portuguesa. O equipamento deverá ser novo, de primeiro uso, com garantia mínima de 12 meses e assistência técnica nacional.				
6	BEC/SP 5517656 COMPRAS 631134	44905234	Tela de projeção portátil com tripé, adequada para uso em ambientes internos, destinada a apresentações, instruções operacionais e apoio administrativo. Deverá possuir dimensões mínimas de 2,00 x 2,00 metros, com área de projeção compatível com formatos usuais de imagem. A superfície de projeção deverá ser confeccionada em material apropriado, com acabamento uniforme, boa refletividade e adequado ganho de imagem, permitindo visualização nítida de conteúdos projetados. Deverá possuir estrutura retrátil, com sistema de enrolamento manual ou automático, acondicionada em estojo metálico ou material resistente, garantindo proteção durante transporte e armazenamento. O tripé deverá ser estável, ajustável em altura e de fácil montagem, confeccionado em material resistente, adequado para uso frequente. O conjunto deverá permitir transporte e instalação facilitados, sendo apropriado para utilização em diferentes ambientes.	Unidade	01	R\$ 1.249,00	R\$ 1.249,00
7	BEC/SP 6365248 COMPRAS 624264	44905234	Refrigerador doméstico, destinado à conservação de alimentos e insumos, adequado para uso em apoio logístico e operacional. Deverá possuir capacidade mínima de 260 litros e máxima de 320 litros, com compartimentos internos apropriados para armazenamento de alimentos, bebidas e insumos diversos. O equipamento deverá operar em tensão de 110V, compatível com a rede elétrica local. O equipamento deverá possuir classificação de eficiência energética compatível com os padrões estabelecidos pelo INMETRO, preferencialmente classe A. Deverá possuir sistema de refrigeração eficiente, garantindo adequada conservação dos itens armazenados, bem como controle de temperatura ajustável. A estrutura deverá ser confeccionada em material resistente, com prateleiras internas adequadas ao uso contínuo e porta com vedação eficiente. O equipamento deverá ser novo, de primeiro uso, acompanhado de manual em língua portuguesa e atender às normas técnicas aplicáveis. Deverá possuir garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.	Unidade	01	R\$ 2.539,90	R\$ 2.539,90
8	BEC/SP 3242285 COMPRAS 617471	44905234	Fogão elétrico portátil de mesa, com no mínimo 02 (duas) bocas, destinado ao preparo de alimentos em apoio às atividades operacionais e logísticas. O equipamento deverá possuir potência total mínima de 2.000W, garantindo aquecimento adequado para preparo de refeições. Deverá possuir placas térmicas ou resistências elétricas independentes, com controle de temperatura individual para cada boca. A estrutura deverá ser confeccionada em material resistente, preferencialmente com acabamento em aço inoxidável ou equivalente, adequado ao uso contínuo e de fácil limpeza. O equipamento deverá possuir pés antiderrapantes, garantindo estabilidade durante a utilização, bem como sistema de segurança contra superaquecimento, quando aplicável. Deverá operar em tensão compatível com a rede elétrica local	Unidade	02	R\$ 269,90	R\$ 539,80

			(110V/127V ou bivolt automático). O equipamento deverá ser compacto, portátil e de fácil transporte, adequado para utilização em diferentes ambientes.				
9	BEC/SP 6385540 COMPRAS 380387	44905234	Freezer vertical, na cor branca, destinado ao armazenamento e conservação de alimentos e insumos em baixas temperaturas, adequado para uso em apoio logístico e operacional. Deverá possuir capacidade mínima de 250 litros, com compartimentos internos (prateleiras e/ou gavetas) que permitam adequada organização dos itens armazenados. O equipamento deverá operar em tensão de 110V, compatível com a rede elétrica local. Deverá possuir sistema de congelamento eficiente, com controle de temperatura ajustável, garantindo a adequada conservação dos produtos. A estrutura deverá ser confeccionada em material resistente, com porta de vedação eficiente e isolamento térmico adequado. O equipamento deverá possuir classificação de eficiência energética compatível com os padrões estabelecidos pelo INMETRO, preferencialmente classe A. O equipamento deverá ser novo, de primeiro uso, acompanhado de manual em língua portuguesa e atender às normas técnicas aplicáveis. Deverá possuir garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.	Unidade	01	R\$ 4.169,99	R\$ 4.169,99
10	BEC/SP 6003354 COMPRAS 634445	44905234	Aparelho de ar-condicionado portátil, destinado à climatização de ambientes internos utilizados em apoio às atividades administrativas e operacionais. O equipamento deverá possuir capacidade mínima de 14.000 BTU/h, adequada para climatização de ambientes de médio porte. Deverá operar nos modos resfriamento (cool), podendo incluir funções adicionais como ventilação e desumidificação. O equipamento deverá operar em tensão compatível com a rede elétrica local (110V/127V ou bivolt automático). Deverá possuir painel de controle de fácil operação, com ajuste de temperatura e seleção de funções, podendo incluir controle remoto. Deverá possuir sistema de exaustão de ar quente por meio de duto flexível, acompanhado de kit de instalação que permita vedação eficiente do ambiente, compatível com janelas, portas ou estruturas adaptáveis, incluindo acessórios para uso em barracas ou ambientes provisórios. O equipamento deverá possuir rodízios, permitindo fácil deslocamento entre ambientes. Deverá apresentar nível de ruído compatível com a categoria, adequado para uso em ambientes fechados. Deverá possuir classificação de eficiência energética conforme os padrões do INMETRO, preferencialmente classe A. O equipamento deverá ser novo, de primeiro uso, acompanhado de todos os acessórios necessários à instalação e funcionamento, manual em língua portuguesa e atender às normas técnicas aplicáveis. Deverá possuir garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, com assistência técnica disponível em território nacional.	Unidade	02	R\$ 5.599,00	R\$ 11.198,00
			Receptor GPS portátil, destinado à navegação, georreferenciamento e apoio às atividades operacionais em campo. O equipamento deverá possuir tela colorida com tecnologia transflectiva ou equivalente, adequada para visualização em ambientes externos, com tamanho aproximado				

11	BEC/SP 6375022 COMPRAS 233260	44905234	entre 2,2 e 2,6 polegadas e resolução compatível com leitura de mapas e dados de navegação. Deverá possuir receptor de alta sensibilidade, compatível com sistemas globais de navegação por satélite (GNSS), incluindo, no mínimo, GPS, podendo contemplar outros sistemas como GLONASS, GALILEO ou equivalentes, visando maior precisão de posicionamento. O equipamento deverá ser resistente à água, com grau de proteção mínimo IPX7 ou equivalente, adequado ao uso em condições adversas. Deverá operar com alimentação por pilhas AA, com autonomia mínima de 12 horas em uso contínuo, admitindo o uso de baterias recarregáveis ou descartáveis. Deverá possuir memória interna mínima de 16 GB, com possibilidade de expansão por meio de cartão de memória externo (microSD ou equivalente). O equipamento deverá permitir armazenamento de dados de navegação, incluindo, no mínimo: pontos (waypoints), trilhas (tracks) e rotas; Registro de trilhas com capacidade compatível com uso operacional; navegação ponto a ponto. Deverá permitir carregamento e utilização de mapas digitais, incluindo mapas topográficos ou equivalentes, bem como suporte à adição de mapas personalizados. O equipamento deverá possuir interface de comunicação via USB (devendo possuir cabo compatível para uso com computadores USB), bem como conectividade sem fio (Bluetooth ou equivalente), para integração com outros dispositivos e sistemas. Deverá possuir recursos básicos de navegação, incluindo bússola eletrônica de 3 eixos, cálculo de área e informações geográficas auxiliares (ex.: dados solares ou equivalentes) e altímetro barométrico. A estrutura deverá ser compacta, portátil e resistente, adequada ao uso contínuo em campo.	Unidade	02	R\$ 3.599,00	R\$ 7.198,00
----	--	----------	---	---------	----	--------------	--------------

1.1.2 Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.3. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como bens permanentes, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (**doze**) meses, contados da data de publicação, na forma do artigo 84 e 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato estabelecerá as disposições aplicáveis à vigência da contratação.

**Subcontratação**

1.6. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual, salvo se expressamente autorizada pela Administração, nos termos da legislação vigente.

## 2. Fundamentação da contratação

### 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação fundamenta-se na necessidade de estruturação e fortalecimento do suporte logístico da Força-Tarefa do Comando de Bombeiros do Interior – 1 (CBI-1), especialmente para atuação em operações que demandem mobilização rápida e emprego em locais com infraestrutura limitada ou inexistente.

2.2. A fundamentação da contratação, bem como a definição dos quantitativos e das especificações técnicas dos itens, encontra-se detalhada no Estudo Técnico Preliminar (**ETP 24/2026**), documento que integra o presente processo administrativo e que analisou a necessidade, as possíveis soluções disponíveis no mercado, a viabilidade técnica e econômica da contratação e os resultados pretendidos.

2.3. Os bens a serem adquiridos são classificados como bens comuns, amplamente disponíveis no mercado, cujas características podem ser definidas por meio de especificações usuais, o que viabiliza a realização de processo licitatório na modalidade pregão eletrônico, com critério de julgamento pelo menor preço.

2.4. A solução adotada consiste na aquisição de equipamentos diversos destinados ao apoio logístico e operacional, com vistas a garantir autonomia energética, melhoria das condições de trabalho das equipes e aumento da capacidade de resposta em situações de emergência.

2.5. A contratação está alinhada ao planejamento institucional desta Organização Policial Militar, bem como às diretrizes estratégicas da Corporação, contribuindo para o fortalecimento da atuação da Força-Tarefa como estrutura essencial de pronta resposta.

2.6. Dessa forma, a presente contratação mostra-se necessária, adequada e vantajosa para a Administração Pública, atendendo ao interesse público e aos princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

### 3. Descrição da solução

#### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar nº 24/2026, que constitui apêndice deste Termo de Referência.

3.2. A solução adotada mostra-se a mais adequada, considerando tratar-se de aquisição de bens permanentes destinados à estruturação e ao suporte logístico da Força-Tarefa do Comando de Bombeiros do Interior – 1 (CBI-1), voltados ao atendimento das demandas operacionais e à melhoria das condições de trabalho das equipes em campo, especialmente em cenários com infraestrutura limitada ou inexistente.

3.3. A solução contempla a disponibilização de equipamentos que assegurem autonomia operacional, suporte às atividades administrativas e operacionais, bem como condições adequadas de permanência das equipes durante o emprego em operações de força-tarefa.

### 4. Requisitos da contratação

#### Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

#### Garantia da contratação

4.2. Poderá ser exigida comprovação de aptidão mediante atestado de capacidade técnica para fornecimento de bens similares dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

### 5. Modelo de execução do objeto

#### Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados da emissão da nota de empenho ou ordem de fornecimento, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.



5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:

5.3.1. COMANDO DE BOMBEIROS DO INTERIOR - 1

5.3.2. **Av. Jamil Gádia, 37 - Jardim do Lago, Campinas - SP, 13050-007.**

5.3.3. Horário para entrega: Segunda a Sexta - 8h às 12h e das 14h às 17h.

#### **Garantia, manutenção e assistência técnica**

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## **6. Modelo de gestão do contrato**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila. 6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### **Fiscalização**

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

#### **Fiscalização Técnica**

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

6.7.2. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, IV).

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

#### **Fiscalização Administrativa**

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV).

6.8.2. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

## Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, IX).

6.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VI).

6.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VIII).

6.13. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VII e parágrafo único).

6.14. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato

## 7. Critérios de medição e pagamento

### Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### Liquidação

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de (10) dez dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para aferição do atendimento das exigências contratuais nos termos do art. 7º, I e §§2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022, c/c Decreto estadual nº 67608, de 2023.

7.8.1. O prazo de que trata a subdivisão acima será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nela especificada, no caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608 de 2023).

7.13. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

7.17. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (artigo 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o artigo 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

### **Forma de pagamento**

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do contratado no Banco do Brasil S/A.

7.20. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.23. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.24. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## 8. Critérios de seleção do fornecedor

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será com entrega imediata.

### Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

### Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. **Sociedade empresária,** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e de regularidade com a Fazenda Municipal /Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua contratação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;

8.22. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário ou sociedade empresária

#### **Qualificação Técnica**

8.23. Para fins de habilitação técnica, poderá ser exigida comprovação de aptidão mediante apresentação de atestado de capacidade técnica que comprove o fornecimento de bens similares ao objeto desta contratação.

#### **Outras comprovações**

8.24. Tratando-se de consórcio:

8.25. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

- a) Designação do consórcio e sua composição;
- b) Finalidade do consórcio;
- c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;
- d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;
- e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;
- f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase do procedimento de dispensa eletrônica quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;
- g) Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na dispensa eletrônica e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração.
- h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” deste subitem;

8.25.1. O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.

8.25.2. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do artigo 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.25.3. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

8.26. Tratando-se de cooperativas, será exigida a documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

8.26.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.26.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.26.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.26.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.26.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.26.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

8.26.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento aos subitens anteriores.

## 9. Estimativas do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 166.880,69

### 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor estimado total da contratação de acordo com a pesquisa de preço **17/2026** é de **R\$ 166.880,69 (cento e sessenta e seis mil, oitocentos e oitenta reais e sessenta e nove centavos)**., conforme custos unitários apostos na tabela acima, neste termo de referência. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

## 10. Adequação orçamentária

### 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos disponibilizados da Deputada Estadual Clarice Ganem.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: **00001/180390;**

II) Fonte de Recursos: **150010001;**

III) Programa de Trabalho Resumido: 04127512522720000;

IV) Elemento de Despesa: 449052;

V) Plano interno:

10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 11. Designação de funções

Fica designado como fiscal do contrato o **Sd PM Ligo e** como gestor do contrato o **3º Sgt PM Vasconcelos**.



## 12. ToolKit

Para a confecção deste termo de referência foi utilizado o Toolkit ESP\_07\_01\_26.

## 13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**JOSE MARCOS LIGO NASCIMENTO**

Sd PM

## ESP-COMANDO DE BOMBEIROS DO INTER - 1 (CBI-1)

## Estudo Técnico Preliminar 24/2026

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 057.00211037/2026-35

## 2. Descrição do Objeto

Aquisição de materiais e equipamentos diversos, incluindo gerador de energia, carreta para transporte de gerador, eletrodomésticos (geladeira, freezer, micro-ondas, fogão), equipamentos de climatização (ar-condicionado), equipamentos de informática, equipamentos operacionais (soprador costal e gps), bem como recursos audiovisuais (projektor e tela de projeção), destinados ao atendimento das demandas operacionais e logísticas da Força-Tarefa do Comando de Bombeiros do Interior – 1 (CBI-1).

Os equipamentos serão empregados nas atividades operacionais e de suporte logístico, especialmente em cenários que demandem atuação em locais com infraestrutura limitada ou inexistente, possibilitando maior autonomia, agilidade, segurança e eficiência no atendimento à população em situações de emergência.

Dessa forma, a aquisição contribuirá para o aprimoramento da estrutura operacional da Força-Tarefa, garantindo melhores condições de atuação das equipes, bem como assegurando suporte adequado para permanência em campo, com reflexos diretos na qualidade e continuidade do serviço prestado à sociedade, em consonância com os princípios da eficiência, da economicidade e da continuidade do serviço público, conforme dispõe a Lei nº 14.133 /2021.

## 3. Descrição da necessidade

A presente contratação decorre da necessidade de estruturação e fortalecimento do suporte logístico às equipes da Força-Tarefa do Comando de Bombeiros do Interior – 1 (CBI-1), especialmente em cenários que demandem atuação em locais com infraestrutura limitada, precária ou inexistente.

As operações de força-tarefa, por sua natureza, podem exigir permanência prolongada em campo, mobilização rápida e atuação em ambientes adversos, o que demanda a disponibilidade de equipamentos que assegurem autonomia energética, condições adequadas de trabalho, conservação de insumos, apoio administrativo e suporte operacional às equipes empregadas.

Atualmente, verifica-se a insuficiência e/ou inexistência de determinados equipamentos essenciais, tais como geradores de energia, dispositivos de climatização, eletrodomésticos, equipamentos de apoio administrativo e recursos operacionais, o que pode comprometer a continuidade das atividades, reduzir a eficiência das ações e impactar diretamente nas condições de trabalho dos militares.

Nesse contexto, torna-se necessária a aquisição dos referidos materiais, com vistas a estruturar adequadamente a Força-Tarefa, garantindo melhores condições de permanência em campo, aumento da capacidade de resposta operacional e maior eficiência no atendimento à população em situações de emergência.

Ante o exposto, a fim de atender às necessidades operacionais desta Unidade, faz-se necessária a aquisição do seguinte material permanente:

ITEM	CATMAT	NATUREZA DE DESPESA	ESPECIFICAÇÃO	U.F	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
			Soprador Costal equipado com motor que possua tecnologia de combustão de ciclo misto com lubrificação por óleo no combustível e válvulas, com potência mínima de 3,2 kW, destinado ao uso profissional em atividades operacionais. Deverá possuir capacidade de				

1	BEC/SP 5419948 COMPRAS 627515	44905234	deslocamento de ar mínima de 1.900 m³/h, e velocidade do ar compatível com aplicações em limpeza pesada, rescaldo e apoio a operações em campo. O equipamento deverá contar com sistema de partida facilitada, podendo incluir partida lateral com o equipamento apoiado nas costas (side start), tanque de combustível com autonomia compatível com uso contínuo, bem como estrutura ergonômica tipo costal, com alças acolchoadas e sistema antivibração, garantindo conforto e segurança ao operador durante longos períodos de uso. Deverá possuir tubo de sopro resistente, com controle de aceleração integrado, e ser construído com materiais de alta durabilidade, adequados ao uso em ambientes operacionais e condições adversas. O nível de emissão sonora deverá estar dentro dos limites aceitáveis para equipamentos da categoria, conforme normas aplicáveis. O equipamento deverá ser novo, de primeiro uso, acompanhado de manual em língua portuguesa, bem como atender às normas técnicas vigentes, incluindo certificações aplicáveis.	Unidade	06	R\$ 5.394,50	R\$ 32.367,00
2	BEC/SP 6534880 COMPRAS 632265	44905234	Grupo gerador de energia elétrica, potência nominal mínima de 35 kVA em regime stand-by, trifásico, 60 Hz, tensão 220/127 V, fator de potência 0,8, destinado a operação de emergência e uso contínuo em aplicações críticas. O motor deverá ser diesel, 4 tempos, com governador eletrônico de velocidade, sistema de arrefecimento por radiador e projetado para aplicação em regime contínuo, atendendo a padrões internacionais de emissões e desempenho. O alternador deverá ser do tipo síncrono, trifásico, sem escovas (brushless), com grau de proteção mínimo IP21, classe de isolamento H, com excitação automática e regulador eletrônico de tensão (AVR), garantindo variação de tensão máxima de ±1% em regime permanente. O conjunto deverá apresentar distorção harmônica total (THD) inferior a 5%, apto à alimentação de cargas sensíveis. O equipamento deverá operar em 60 Hz, com tensão 220/127 V, fator de potência 0,8. O painel de controle deverá ser microprocessado digital, com interface de operação local, compatível com controladores de padrão internacional (Deep Sea, ComAp ou equivalente), permitindo operação manual e automática, monitoramento completo e registro de eventos. Deverá possuir proteções mínimas: baixa pressão de óleo, alta temperatura do motor, sobre/subtensão, sobrecarga, sobrevelocidade e falha de partida, com desligamento automático. O grupo gerador deverá possuir nível de ruído máximo de 75 dB (A) a 7 metros, com carenagem acústica para uso externo (weatherproof), construída em chapa de aço tratada e pintura anticorrosiva. O tanque de combustível deverá garantir autonomia mínima de 8 horas a 75% de carga. O conjunto deverá ser montado em base metálica reforçada com coxins antivibração, possuir pontos de içamento e acesso facilitado	Unidade	01	R\$ 73.400,00	R\$ 73.400,00

			para manutenção. O equipamento deverá ser novo, de primeiro uso, acompanhado de manual em língua portuguesa, atender às normas técnicas aplicáveis, possuir garantia mínima de 12 meses e rede de assistência técnica autorizada no território nacional.				
3	BEC/SP 5566150 COMPRAS 601958	44905210	Carreta rodoviária para transporte de equipamentos, destinada ao deslocamento de gerador de energia e acessórios, adequada para uso operacional. Deverá possuir chassi em aço estrutural reforçado tipo ASTM A36 ou superior, compatível com o transporte seguro de equipamentos de médio porte. Deverá possuir capacidade de carga compatível com equipamentos de até 1.500 kg, incluindo margem de segurança para acessórios e movimentação. Deverá possuir 02 (dois) eixos, com sistema de suspensão adequado, proporcionando maior estabilidade e segurança durante o transporte. Deverá possuir plataforma ou base de apoio dimensionada para fixação segura do equipamento, com pontos de ancoragem ou sistema equivalente. Deverá possuir sistema de engate padrão para reboque, compatível com os veículos utilizados pela Administração. Deverá possuir sistema de iluminação e sinalização conforme normas de trânsito vigentes, incluindo lanternas, setas e refletores. Deverá possuir dispositivos de segurança, tais como correntes de segurança, para-lamas e para-choque traseiro. A estrutura deverá ser adequada para uso em vias pavimentadas e condições operacionais adversas. O equipamento deverá ser novo, de primeiro uso, acompanhado da documentação necessária para registro e regularização, conforme legislação vigente.	Unidade	01	R\$ 28.800,00	R\$ 28.800,00
4	BEC/SP 6326340 COMPRAS 624544	44905234	Forno micro-ondas, destinado ao aquecimento e preparo de alimentos, adequado para uso em apoio às atividades administrativas e operacionais. O equipamento deverá possuir capacidade mínima de 34 litros, permitindo o aquecimento de recipientes de maior volume. Deverá operar em tensão compatível com a rede elétrica local (110V/127V ou bivolt automático). Deverá possuir potência mínima de 900W, garantindo eficiência no aquecimento dos alimentos. O equipamento deverá possuir painel de controle digital ou eletromecânico, com funções básicas de aquecimento, descongelamento e ajuste de tempo. Deverá possuir prato giratório interno, assegurando distribuição uniforme do aquecimento. A estrutura deverá ser confeccionada em material resistente, com cavidade interna de fácil limpeza e porta com visor transparente. Deverá possuir níveis de potência ajustáveis, permitindo diferentes tipos de preparo. O equipamento deverá ser novo, de primeiro uso, acompanhado de manual em língua portuguesa	Unidade	02	R\$ 710,00	R\$ 1.420,00

			e atender às normas técnicas aplicáveis. Deverá possuir garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.				
5	BEC/SP 6540929 COMPRAS 401958	44905234	<p>Projektor multimídia profissional, destinado a apresentações corporativas, instruções operacionais e uso administrativo avançado, com tecnologia de projeção digital LCD, DLP ou equivalente, com fonte de luz laser ou LED híbrido de alta eficiência. O equipamento deverá possuir brilho mínimo de 3.600 ANSI lumens reais, garantindo excelente visibilidade em ambientes iluminados. Deverá possuir resolução nativa mínima Full HD (1920 x 1080), com suporte a padrões modernos de vídeo e informática. O equipamento deverá apresentar alto contraste dinâmico (mínimo equivalente a 100.000:1), com tecnologia de processamento de imagem que assegure nitidez de textos, gráficos e vídeos. Deverá possuir vida útil da fonte de luz mínima de 20.000 horas, com modo econômico para otimização de consumo energético. O equipamento deverá permitir projeção ajustável em diferentes tamanhos de tela, com zoom óptico, foco e correção de distorção (keystone), automática ou manual. Deverá possuir conectividade mínima composta por HDMI, VGA e USB, além de possibilidade de conexão sem fio (wireless ou equivalente). Deverá possuir alto-falante integrado para uso básico. Deverá ser fornecido com controle remoto, cabos de conexão e alimentação, e manual em língua portuguesa. O equipamento deverá ser novo, de primeiro uso, com garantia mínima de 12 meses e assistência técnica nacional.</p>	Unidade	01	R\$ 3.999,00	R\$ 3.999,00
6	BEC/SP 5517656 COMPRAS 631134	44905234	<p>Tela de projeção portátil com tripé, adequada para uso em ambientes internos, destinada a apresentações, instruções operacionais e apoio administrativo. Deverá possuir dimensões mínimas de 2,00 x 2,00 metros, com área de projeção compatível com formatos usuais de imagem. A superfície de projeção deverá ser confeccionada em material apropriado, com acabamento uniforme, boa refletividade e adequado ganho de imagem, permitindo visualização nítida de conteúdos projetados. Deverá possuir estrutura retrátil, com sistema de enrolamento manual ou automático, acondicionada em estojo metálico ou material resistente, garantindo proteção durante transporte e armazenamento. O tripé deverá ser estável, ajustável em altura e de fácil montagem, confeccionado em material resistente, adequado para uso frequente. O conjunto deverá permitir transporte e instalação facilitados, sendo apropriado para utilização em diferentes ambientes.</p>	Unidade	01	R\$ 1.249,00	R\$ 1.249,00
			Refrigerador doméstico, destinado à conservação de alimentos e insumos, adequado para uso em apoio logístico e operacional. Deverá possuir capacidade mínima de 260 litros e máxima de 320 litros, com				

7	BEC/SP 6365248 COMPRAS 624264	44905234	compartimentos internos apropriados para armazenamento de alimentos, bebidas e insumos diversos. O equipamento deverá operar em tensão de 110V, compatível com a rede elétrica local. O equipamento deverá possuir classificação de eficiência energética compatível com os padrões estabelecidos pelo INMETRO, preferencialmente classe A. Deverá possuir sistema de refrigeração eficiente, garantindo adequada conservação dos itens armazenados, bem como controle de temperatura ajustável. A estrutura deverá ser confeccionada em material resistente, com prateleiras internas adequadas ao uso contínuo e porta com vedação eficiente. O equipamento deverá ser novo, de primeiro uso, acompanhado de manual em língua portuguesa e atender às normas técnicas aplicáveis. Deverá possuir garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.	Unidade	01	R\$ 2.539,90	R\$ 2.539,90
8	BEC/SP 3242285 COMPRAS 617471	44905234	Fogão elétrico portátil de mesa, com no mínimo 02 (duas) bocas, destinado ao preparo de alimentos em apoio às atividades operacionais e logísticas. O equipamento deverá possuir potência total mínima de 2.000W, garantindo aquecimento adequado para preparo de refeições. Deverá possuir placas térmicas ou resistências elétricas independentes, com controle de temperatura individual para cada boca. A estrutura deverá ser confeccionada em material resistente, preferencialmente com acabamento em aço inoxidável ou equivalente, adequado ao uso contínuo e de fácil limpeza. O equipamento deverá possuir pés antiderrapantes, garantindo estabilidade durante a utilização, bem como sistema de segurança contra superaquecimento, quando aplicável. Deverá operar em tensão compatível com a rede elétrica local (110V/127V ou bivolt automático). O equipamento deverá ser compacto, portátil e de fácil transporte, adequado para utilização em diferentes ambientes.	Unidade	02	R\$ 269,90	R\$ 539,80
9	BEC/SP 6385540 COMPRAS 380387	44905234	Freezer vertical, na cor branca, destinado ao armazenamento e conservação de alimentos e insumos em baixas temperaturas, adequado para uso em apoio logístico e operacional. Deverá possuir capacidade mínima de 250 litros, com compartimentos internos (prateleiras e/ou gavetas) que permitam adequada organização dos itens armazenados. O equipamento deverá operar em tensão de 110V, compatível com a rede elétrica local. Deverá possuir sistema de congelamento eficiente, com controle de temperatura ajustável, garantindo a adequada conservação dos produtos. A estrutura deverá ser confeccionada em material resistente, com porta de vedação eficiente e isolamento térmico adequado. O equipamento deverá possuir classificação de eficiência energética compatível com os padrões estabelecidos pelo INMETRO,	Unidade	01	R\$ 4.169,99	R\$ 4.169,99

			preferencialmente classe A. O equipamento deverá ser novo, de primeiro uso, acompanhado de manual em língua portuguesa e atender às normas técnicas aplicáveis. Deverá possuir garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.				
10	BEC/SP 6003354 COMPRAS 634445	44905234	<p>Aparelho de ar-condicionado portátil, destinado à climatização de ambientes internos utilizados em apoio às atividades administrativas e operacionais. O equipamento deverá possuir capacidade mínima de 14.000 BTU/h, adequada para climatização de ambientes de médio porte. Deverá operar nos modos resfriamento (cool), podendo incluir funções adicionais como ventilação e desumidificação. O equipamento deverá operar em tensão compatível com a rede elétrica local (110V/127V ou bivolt automático). Deverá possuir painel de controle de fácil operação, com ajuste de temperatura e seleção de funções, podendo incluir controle remoto. Deverá possuir sistema de exaustão de ar quente por meio de duto flexível, acompanhado de kit de instalação que permita vedação eficiente do ambiente, compatível com janelas, portas ou estruturas adaptáveis, incluindo acessórios para uso em barracas ou ambientes provisórios. O equipamento deverá possuir rodízios, permitindo fácil deslocamento entre ambientes. Deverá apresentar nível de ruído compatível com a categoria, adequado para uso em ambientes fechados. Deverá possuir classificação de eficiência energética conforme os padrões do INMETRO, preferencialmente classe A. O equipamento deverá ser novo, de primeiro uso, acompanhado de todos os acessórios necessários à instalação e funcionamento, manual em língua portuguesa e atender às normas técnicas aplicáveis. Deverá possuir garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, com assistência técnica disponível em território nacional.</p>	Unidade	02	R\$ 5.599,00	R\$ 11.198,00
	BEC/SP		<p>Receptor GPS portátil, destinado à navegação, georreferenciamento e apoio às atividades operacionais em campo. O equipamento deverá possuir tela colorida com tecnologia transflectiva ou equivalente, adequada para visualização em ambientes externos, com tamanho aproximado entre 2,2 e 2,6 polegadas e resolução compatível com leitura de mapas e dados de navegação. Deverá possuir receptor de alta sensibilidade, compatível com sistemas globais de navegação por satélite (GNSS), incluindo, no mínimo, GPS, podendo contemplar outros sistemas como GLONASS, GALILEO ou equivalentes, visando maior precisão de posicionamento. O equipamento deverá ser resistente à água, com grau de proteção mínimo IPX7 ou equivalente, adequado ao uso em condições adversas. Deverá operar com alimentação por pilhas AA, com autonomia mínima de 12 horas em uso contínuo, admitindo o uso de baterias</p>				

11	6375022 COMPRAS 233260	44905234	recarregáveis ou descartáveis. Deverá possuir memória interna mínima de 16 GB, com possibilidade de expansão por meio de cartão de memória externo (microSD ou equivalente). O equipamento deverá permitir armazenamento de dados de navegação, incluindo, no mínimo: pontos (waypoints), trilhas (tracks) e rotas; Registro de trilhas com capacidade compatível com uso operacional; navegação ponto a ponto. Deverá permitir carregamento e utilização de mapas digitais, incluindo mapas topográficos ou equivalentes, bem como suporte à adição de mapas personalizados. O equipamento deverá possuir interface de comunicação via USB (devendo possuir cabo compatível para uso com computadores USB), bem como conectividade sem fio (Bluetooth ou equivalente), para integração com outros dispositivos e sistemas. Deverá possuir recursos básicos de navegação, incluindo bússola eletrônica de 3 eixos, cálculo de área e informações geográficas auxiliares (ex.: dados solares ou equivalentes) e altímetro barométrico. A estrutura deverá ser compacta, portátil e resistente, adequada ao uso contínuo em campo.	Unidade	02	R\$ 3.599,00	R\$ 7.198,00
----	------------------------------	----------	--	---------	----	--------------	--------------

## 4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Maj PM	Maxwel Isidoro da Silva

## 5. Descrição dos Requisitos da Contratação

Conforme entendimento do Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 367/2022 – TCU, Plenário, Ministro Bruno Dantas): “A licitação é instrumento destinado a assegurar a contratação mais vantajosa à Administração Pública, observando os princípios da isonomia, impessoalidade, eficiência, economicidade e sustentabilidade.”

Dessa forma, os requisitos da presente contratação, que tem por objeto a aquisição de 01 (um) gerador de energia, 01 (uma) carreta para transporte de gerador, 01 (uma) geladeira, 02 (dois) fogão elétrico, 01 (um) freezer, 02 (dois) micro-ondas, 02 (dois) aparelhos de ar-condicionado, 06 (seis) sopradores costais, 01 (um) projetor, 01 (uma) tela de projeção e 02 (dois) GPS Portátil, destinados à Força-Tarefa do Comando de Bombeiros do Interior – 1 (CBI-1), foram elaborados em conformidade com o referido entendimento.

Além disso, foram considerados os seguintes aspectos:

- Preservação da competitividade, mediante avaliação do mercado e do custo estimado da contratação;
- Ponderação entre custos e benefícios, considerando critérios de qualidade, eficiência e economicidade;
- Observância de boas práticas ambientais, especialmente no que se refere à eficiência energética dos equipamentos e à destinação adequada de resíduos.

Considerando as características do objeto a ser licitado e as justificativas apresentadas anteriormente, ressalta-se que se trata de aquisição de bens permanentes, de fornecimento único, não possuindo natureza continuada, não sendo necessária, portanto, prorrogação contratual além da vigência padrão prevista na Lei nº 14.133/2021.

Para a adequada aquisição e utilização dos equipamentos no serviço operacional e logístico, é fundamental o atendimento aos seguintes requisitos mínimos:



- a) Os equipamentos deverão ser novos, sem uso anterior, e entregues em perfeitas condições de funcionamento;
- b) Deverão apresentar qualidade, resistência e durabilidade compatíveis com o uso em atividades operacionais e logísticas, inclusive em condições adversas;
- c) Atender às normas técnicas aplicáveis, incluindo certificações do INMETRO e normas da ABNT, quando pertinentes;
- d) Possuir garantia mínima do fabricante, com cobertura para defeitos de fabricação;
- e) Disponibilidade de assistência técnica autorizada em território nacional;
- f) Cumprimento dos prazos estabelecidos para entrega dos equipamentos;
- g) Quando aplicável, apresentar eficiência energética adequada, visando redução de consumo e impacto ambiental;
- h) Possuir características que permitam facilidade de transporte, instalação e operação, considerando o emprego em operações de força-tarefa;
- i) Estar em conformidade com as especificações técnicas que serão detalhadas no Termo de Referência.

Ressalta-se que os equipamentos objeto da contratação são amplamente disponíveis no mercado especializado, o que favorece a competitividade do certame e contribui para a adequada execução do processo de aquisição.

Por fim, informa-se que a contratação se dará por meio da modalidade Pregão, na forma eletrônica, sendo que os recursos destinados à aquisição serão provenientes de Emenda Parlamentar.

## 6. Levantamento de Mercado

O levantamento de mercado foi realizado com o objetivo de identificar as possíveis soluções disponíveis para atendimento da necessidade descrita, considerando aspectos técnicos, operacionais e de viabilidade econômica.

Verificou-se que, para suprir a demanda de estruturação logística de equipes em operações de força-tarefa, existem, no mercado, diversas soluções compostas por equipamentos de uso comum, amplamente disponíveis e padronizados, tais como geradores de energia, equipamentos de climatização, eletrodomésticos, equipamentos de informática e recursos de apoio operacional.

Dentre as soluções analisadas, destacam-se:

a) Aquisição de equipamentos individuais (solução adotada):

Consiste na aquisição direta de cada item necessário, conforme especificações técnicas definidas, permitindo maior flexibilidade na escolha dos equipamentos, adequação às necessidades específicas da operação e ampliação da competitividade do certame.

b) Aquisição de kits ou conjuntos padronizados:

Consiste na aquisição de conjuntos previamente definidos pelo fornecedor, contendo múltiplos equipamentos. Embora possa apresentar facilidade logística, essa solução reduz a flexibilidade na escolha dos itens, podendo incluir equipamentos desnecessários ou com especificações inadequadas à realidade operacional.

c) Locação de equipamentos:

Alternativa que prevê o fornecimento temporário dos equipamentos. Entretanto, tal solução não se mostra vantajosa para o cenário em análise, considerando a necessidade de disponibilidade contínua, prontidão operacional e possível recorrência de emprego em operações de força-tarefa, o que poderia gerar custos elevados a longo prazo.

d) Compartilhamento de equipamentos entre unidades:

Possibilidade de utilização de equipamentos já existentes em outras unidades. Contudo, tal alternativa apresenta limitações quanto à disponibilidade imediata, logística de deslocamento e risco de indisponibilidade em situações simultâneas de emprego operacional.

Após análise das alternativas, conclui-se que a aquisição de equipamentos individuais mostra-se a solução mais adequada, por proporcionar maior autonomia operacional, melhor adequação às necessidades específicas da Força-Tarefa e maior eficiência na aplicação dos recursos públicos.

Ressalta-se, ainda, que os itens pretendidos são classificados como bens comuns, amplamente disponíveis no mercado, o que favorece a competitividade e viabiliza a realização do processo licitatório por meio de pregão eletrônico, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

## 7. Descrição da solução como um todo

A presente contratação compreende a aquisição de materiais e equipamentos diversos, em quantitativos definidos neste estudo, incluindo gerador de energia, carreta para transporte, eletrodomésticos, equipamentos de climatização, informática, apoio operacional e recursos audiovisuais, destinados à estruturação da Força-Tarefa do Comando de Bombeiros do Interior – 1 (CBI-1).

Os bens serão adquiridos por meio de procedimento licitatório, na modalidade pregão eletrônico, com fornecimento integral em parcela única, considerando tratar-se de bens permanentes de uso contínuo, porém de aquisição não recorrente.

Após a formalização contratual, os equipamentos deverão ser entregues pela contratada em local previamente definido pela Administração, no âmbito desta Organização Policial Militar, dentro do prazo estabelecido em edital, devidamente acondicionados e em perfeitas condições de uso.

No ato do recebimento, os bens serão submetidos à conferência quanto à conformidade com as especificações técnicas exigidas, podendo ser rejeitados, no todo ou em parte, caso não atendam aos requisitos estabelecidos.

Sendo constatada a conformidade, os equipamentos serão incorporados ao patrimônio público, mediante os devidos registros e procedimentos administrativos, passando a integrar o acervo desta OPM.

Os materiais serão empregados nas atividades operacionais e logísticas da Força-Tarefa, especialmente em ações que demandem mobilização rápida e permanência em campo, contribuindo para a autonomia energética, suporte às equipes e melhoria das condições de trabalho.

Durante sua vida útil, os equipamentos poderão demandar manutenções corretivas ou preventivas, conforme orientação do fabricante, sendo que, durante o período de garantia, tais serviços deverão ser prestados pela contratada ou por assistência técnica autorizada, sem ônus adicional para a Administração.

Considerando a natureza dos bens, não há fornecimento de itens perecíveis, tratando-se exclusivamente de bens permanentes, cuja vida útil estimada varia conforme o tipo de equipamento, podendo alcançar vários anos de utilização, desde que observadas as condições adequadas de uso e conservação.

Ao final de sua vida útil, os bens poderão ser submetidos a procedimentos de desfazimento, conforme a legislação vigente, observando-se critérios de economicidade e interesse público.

Dessa forma, a solução contempla todo o ciclo de vida da contratação, desde a aquisição e incorporação patrimonial até a utilização operacional e eventual descarte, garantindo adequada gestão dos recursos públicos, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

## 8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa das quantidades foi elaborada com base na necessidade de estruturação mínima da Força-Tarefa do Comando de Bombeiros do Interior – 1 (CBI-1), considerando o emprego operacional em cenários que demandem autonomia logística, permanência em campo e suporte às atividades administrativas e operacionais.

Para fins de planejamento inicial, adotou-se como referência a composição básica de um módulo operacional de força-tarefa, contemplando os equipamentos essenciais ao seu funcionamento, conforme descrito a seguir:

Item	Quantidade	Justificativa
Gerador de energia	01	Garantir autonomia energética em locais sem fornecimento de energia elétrica
Carreta para gerador	01	Possibilitar transporte seguro e ágil do gerador
Geladeira	01	Conservação de alimentos e insumos durante permanência em campo
Freezer	01	Armazenamento de insumos perecíveis por maior período
Micro-ondas	02	Apoio à alimentação das equipes
Fogão	02	Apoio à preparação de alimentos durante operações
Ar-condicionado	02	Proporcionar condições adequadas de trabalho em ambientes fechados
Soprador costal	06	Apoio em ações operacionais específicas (fogo em mato, rescaldo, etc.)
Projektor	01	Apoio a briefings e instruções operacionais
Tela de projeção	01	Complemento para uso do projetor
GPS portátil	02	Visa garantir navegação e georreferenciamento precisos em operações de campo

Ressalta-se que os quantitativos apresentados correspondem a uma estimativa inicial mínima para atendimento de uma estrutura básica de força-tarefa, podendo ser ajustados conforme a necessidade operacional, disponibilidade orçamentária e eventual ampliação da capacidade de emprego das equipes.

A definição das quantidades levou em consideração a necessidade de garantir autonomia operacional, suporte logístico adequado e continuidade das atividades em campo, especialmente em operações que demandem permanência prolongada e atuação em locais com infraestrutura limitada.

A definição dos quantitativos observou, ainda, critérios de padronização, racionalização e adequação ao consumo estimado, em consonância com as disposições do art. 40 da Lei nº 14.133/2021.

## 9. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 166.880,69

A estimativa de valor da contratação de acordo com a pesquisa de preço **17/2026**, conforme metodologia prevista no Decreto 67.888/2023, com base em pesquisa de preços realizada no sistema Compras.gov.br e outras fontes oficiais é de **R\$ 166.880,69 (cento e sessenta e seis mil, oitocentos e oitenta reais e sessenta e nove centavos)**.

## 10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Considerando a natureza diversificada dos itens que compõem o objeto da presente contratação, verifica-se que os equipamentos possuem características distintas, pertencendo a diferentes segmentos de mercado, tais como energia, eletrodomésticos, climatização, informática, recursos audiovisuais e equipamentos operacionais.

Nesse contexto, a adoção do parcelamento do objeto, com a divisão em grupos/lotes, mostra-se tecnicamente adequada e vantajosa, na medida em que possibilita a ampliação da competitividade do certame, permitindo a participação de fornecedores especializados em cada segmento, além de favorecer a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração.

O não parcelamento poderia restringir a competitividade, uma vez que exigiria dos licitantes a capacidade de fornecer integralmente todos os itens, o que limitaria a participação a empresas de maior porte ou com atuação diversificada, em prejuízo da isonomia e da economicidade.

Ressalta-se que o parcelamento será realizado de forma a preservar a eficiência administrativa e a viabilidade da contratação, agrupando-se itens com características semelhantes, de modo a não comprometer a gestão contratual nem a padronização dos equipamentos.

## 11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não existem contratações correlatas ou interdependentes.

## 12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação encontra-se alinhada ao Plano de Comando do Comandante Geral da Polícia Militar do Estado de São Paulo (PC 2024–2031), especialmente no que se refere aos seguintes objetivos estratégicos:

Objetivo Estratégico nº 2 – Valorizar o policial militar como eixo dos esforços organizacionais, que visa promover ações voltadas à melhoria da qualidade de vida do efetivo, em equilíbrio com os resultados operacionais esperados;

Objetivo Estratégico nº 8 – Fortalecer a coordenação do Sistema Estadual de Atendimento de Emergências e a gestão das atividades de bombeiros e defesa civil, com foco no aperfeiçoamento das ações de prevenção, proteção e pronta resposta às emergências.

Nesse contexto, a presente contratação está diretamente relacionada ao fortalecimento da capacidade de emprego da Força-Tarefa do Comando de Bombeiros do Interior – 1 (CBI-1), estrutura estratégica destinada à atuação em ocorrências de grande vulto, desastres e situações que demandem pronta resposta com elevado grau de autonomia operacional.

A aquisição dos materiais e equipamentos propostos visa estruturar adequadamente essa capacidade de resposta, proporcionando melhores condições de trabalho às equipes, ampliando a autonomia logística em campo e garantindo maior eficiência nas ações operacionais, especialmente em cenários com limitação ou ausência de infraestrutura.

Dessa forma, a iniciativa contribui diretamente para o fortalecimento da atuação da Força-Tarefa como vetor essencial de resposta rápida e qualificada em situações críticas, alinhando-se às diretrizes institucionais de modernização, eficiência e continuidade do serviço público.

Ademais, a presente contratação observa os atos normativos vigentes, em especial os Decretos Estaduais nº 68.017/2023, nº 68.185/2023 e nº 67.888 /2023, este último relacionado à pesquisa de preços, sendo adotado como parâmetro para a adequada instrução do processo de contratação no âmbito do Corpo de Bombeiros.

Assim, a contratação proposta encontra-se plenamente alinhada ao planejamento estratégico institucional, contribuindo para o aprimoramento da capacidade operacional e para o cumprimento das missões constitucionais atribuídas à Corporação.

### **13. Resultados Pretendidos**

Com a presente contratação, pretende-se alcançar os seguintes resultados:

- Estruturar adequadamente a Força-Tarefa do Comando de Bombeiros do Interior – 1 (CBI-1), garantindo condições mínimas de suporte logístico para atuação em operações de grande vulto;
- Assegurar maior autonomia operacional das equipes em campo, especialmente em cenários com ausência ou limitação de infraestrutura básica;
- Proporcionar melhores condições de trabalho ao efetivo empregado, contribuindo para a valorização do policial militar e para o desempenho eficiente das atividades;
- Aumentar a capacidade de resposta da Corporação em situações de emergência, desastres e ocorrências complexas;
- Garantir a continuidade das operações, reduzindo vulnerabilidades logísticas e operacionais;
- Otimizar a utilização dos recursos públicos, por meio da aquisição de equipamentos adequados, duráveis e compatíveis com a necessidade institucional.

Dessa forma, espera-se que a presente contratação contribua diretamente para o fortalecimento da atuação da Força-Tarefa como instrumento estratégico de pronta resposta, elevando o nível de eficiência, segurança e qualidade dos serviços prestados à sociedade, em consonância com os princípios estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.

### **14. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

A presente contratação proporcionará benefícios diretos e indiretos à Administração Pública e à sociedade, especialmente no âmbito das atividades desenvolvidas pela Força-Tarefa do Comando de Bombeiros do Interior – 1 (CBI-1), destacando-se:

- Melhoria da estrutura logística das operações, com disponibilização de equipamentos adequados ao suporte das equipes em campo;
- Ampliação da autonomia operacional, permitindo atuação eficiente em locais com ausência ou limitação de infraestrutura básica;
- Aumento da eficiência no atendimento às ocorrências, com reflexos na agilidade e qualidade dos serviços prestados à população;
- Melhoria das condições de trabalho do efetivo, contribuindo para o bem-estar e desempenho dos policiais militares;
- Redução de vulnerabilidades operacionais, especialmente em cenários de emprego prolongado e situações de emergência de grande vulto;
- Otimização dos recursos públicos, mediante aquisição de equipamentos duráveis, adequados e compatíveis com a necessidade institucional;
- Fortalecimento da capacidade de resposta da Corporação em ações de bombeiros.

### **15. Providências a serem Adotadas**

A Administração deverá adotar providências relacionadas ao recebimento, conferência, incorporação patrimonial, armazenamento e correta utilização dos equipamentos, bem como verificar eventuais necessidades de infraestrutura e designar responsáveis pelo acompanhamento da execução da contratação.

### **16. Possíveis Impactos Ambientais**

A presente contratação, por se tratar da aquisição de bens permanentes, pode gerar impactos ambientais relacionados às etapas de fabricação, transporte, utilização e descarte final dos equipamentos ao término de sua vida útil. Nesse contexto, destacam-se como potenciais impactos o consumo de recursos naturais empregados na produção dos bens, a emissão de poluentes decorrentes do transporte, o consumo de energia elétrica durante a utilização dos equipamentos e a geração de resíduos, especialmente de natureza eletrônica e não biodegradável, ao final de sua vida útil.

Com o objetivo de mitigar tais impactos, a Administração adotará medidas voltadas à sustentabilidade, tais como a priorização de equipamentos com maior eficiência energética, a observância de critérios ambientais nas especificações técnicas, a exigência de conformidade dos fornecedores com a legislação ambiental vigente, bem como a promoção do uso adequado dos bens, visando à ampliação de sua vida útil. Ademais, será assegurado que o descarte dos equipamentos, quando necessário, ocorra de forma ambientalmente adequada, em conformidade com as normas aplicáveis.

Ressalta-se que os impactos ambientais associados à presente contratação são considerados de baixo a moderado, sendo passíveis de mitigação mediante a adoção das boas práticas acima descritas, em consonância com os princípios da sustentabilidade e da responsabilidade ambiental previstos na Lei nº 14.133/2021.

## 17. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 17.1. Justificativa da Viabilidade

Diante das análises realizadas no presente Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação pretendida mostra-se plenamente viável sob os aspectos técnico, operacional e econômico.

Do ponto de vista técnico, os equipamentos a serem adquiridos são amplamente disponíveis no mercado, com especificações padronizadas e compatíveis com a necessidade institucional, não havendo complexidade que inviabilize sua aquisição ou utilização.

Sob o aspecto operacional, a solução proposta atende de forma adequada à demanda de estruturação da Força-Tarefa do Comando de Bombeiros do Interior – 1 (CBI-1), proporcionando autonomia logística, melhoria das condições de trabalho das equipes e ampliação da capacidade de resposta em operações de emergência, especialmente em cenários com limitação de infraestrutura.

No que se refere à viabilidade econômica, a contratação mostra-se adequada, considerando a relação entre custo e benefício, a durabilidade dos bens e a contribuição direta para a continuidade e eficiência do serviço público, não se evidenciando alternativas mais vantajosas no levantamento de mercado realizado.

Ademais, a solução proposta encontra-se alinhada ao planejamento institucional, às diretrizes estratégicas da Corporação e à disponibilidade de recursos orçamentários, oriundos de emenda parlamentar, o que reforça a viabilidade da contratação.

## 18. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**JOSE MARCOS LIGO NASCIMENTO**

Sd PM



*Assinou eletronicamente em 29/04/2026 às 16:52:25.*

## ANEXO II

## MODELO(S) REFERENTE(S) A PLANILHA DE PROPOSTA

## DADOS DO FORNECEDOR

Razão social:

CNPJ:

Endereço:

E-mail:

Telefone

Banco..... Ag ..... Conta.....

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Informar o código BEC e Código Compras (Consta no Termo de Referência)	Especificação Técnica do Item	Unidade			

Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, na condição de representante legal de \_\_\_\_\_ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, Processo nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, DECLARO que o licitante tem conhecimento do local e das condições da realização do objeto da licitação, e que realizou vistoria prévia no(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação, colhendo todas as informações e subsídios necessários para a elaboração da sua proposta. O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação. (Local e data).

---

(Nome/assinatura do representante legal)

ANEXO III

MODELO(S) DE DECLARAÇÃO(ÕES)

ANEXO V.1

MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

(em papel timbrado do licitante)

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, na condição de representante legal de \_\_\_\_\_ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, Processo nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, n nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual; e

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.

(Local e data).

\_\_\_\_\_  
(Nome/assinatura do representante legal)



# DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Publicado na Edição de 2 de março de 2026 | Caderno Executivo | Seção Atos Normativos

## RESOLUÇÃO SSP-05/2026

Regulamenta a aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, no âmbito da Secretaria da Segurança Pública.

O **SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA**, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, e, considerando as significativas alterações introduzidas pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (LLCA), às licitações e contratações públicas, bem como a necessidade de disciplinar a aplicação de sanções, nos termos dos artigos 155 a 163 desse diploma legal,

### RESOLVE:

#### CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

**Artigo 1º** - A aplicação de sanções aos licitantes e contratados, em decorrência de infrações cometidas em procedimentos licitatórios, em contratações administrativas e em outros ajustes regidos pela LLCA obedecerá ao disposto nesta Resolução.

**Artigo 2º** - São consideradas infrações para os fins desta Resolução:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;



XII - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**Artigo 3º** - As sanções administrativas aplicáveis são:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos.

**Artigo 4º** - Além das sanções previstas no artigo 3º desta Resolução, incidirá em multa de mora o contratado que der causa ao atraso injustificado na execução do contrato, na forma prevista em edital ou em contrato.

**Parágrafo único.** A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Resolução.

**Artigo 5º** - Na aplicação das sanções a que se refere o artigo 2º desta Resolução, serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos à Administração que advierem da infração cometida;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**§1º** - São consideradas circunstâncias agravantes:

1 - a existência de registro do licitante ou contratado no E-Sanções ou na Relação de Apenados do TCESP, em vigência no momento do cometimento da infração, em decorrência de penalidade aplicada no âmbito da Secretaria da Segurança Pública, nos 12 (doze) meses anteriores ao fato ensejador da sanção;

2 - a desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital, quando for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

3 - a inércia deliberada do licitante ou do contratado em face das diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou o inadimplemento de obrigações contratuais;

4 - a falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica;

5 - a reincidência na infração;

6 - a imprescindibilidade do bem ou serviço contratado para o funcionamento de serviços públicos ou satisfação de necessidade coletiva.

**§ 2º** - São consideradas circunstâncias atenuantes:

1 - a falha escusável do licitante ou contratado;

2- a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou o contratado e que não sejam de fácil identificação por estes últimos;

3- a juntada de documentação que, embora não tenha atendido às exigências do edital, foi encaminhada de forma equivocada, sem indício de má-fé;

4 - a adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da conduta infracional.

**Artigo 6º** - Considera-se reincidência a repetição de conduta prevista no artigo 2º desta Resolução, sancionada por decisão administrativa irrecorrível.

**Parágrafo único** - Para efeito de reincidência, não prevalece a sanção anterior, se entre a data da decisão administrativa definitiva e aquela da prática posterior houver decorrido período superior a 5 (cinco) anos.

## **CAPÍTULO II - DAS SANÇÕES**

### **Seção I – Da Advertência**

**Artigo 7º** - A advertência será aplicada exclusivamente ao contratado que der causa à inexecução parcial do contrato, da qual não advenha grave dano à Administração, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

**Parágrafo único** - Será considerada inexecução parcial sem grave prejuízo à Administração aquela relacionada ao descumprimento de cláusulas contratuais, que não comprometa o cumprimento da execução contratual, bem como não cause dano ao interesse público.

### **Seção II – Da Multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução**

**Artigo 8º** - A multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado e poderá ser aplicada a todas as infrações tratadas por esta Resolução.

**Artigo 9º** - Em caso de inexecução parcial do ajuste será aplicada a multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução, na seguinte conformidade:

I - aquisição de bens, contratação de prestação de serviços não contínuos e obras e serviços de engenharia: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor total do contrato;

II - serviços e fornecimentos contínuos: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor anual do contrato;

**Artigo 10** – Em caso de inexecução total do ajuste será aplicada a multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução, na seguinte conformidade:

I - aquisição de bens, contratação de prestação de serviços não contínuos e obras e serviços de engenharia: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor total do contrato;

II - serviços e fornecimentos contínuos: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor anual do contrato.

**Artigo 11** – A multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução será aplicada nos termos e percentuais abaixo indicados:

**I** - deixar de entregar a documentação exigida para o certame: de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

**II** - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

**III** - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

**IV** - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

**V** - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

**VI** - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

**VII** - praticar atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

**VIII** - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

**Artigo 12** - Nas hipóteses de inexecução parcial ou total do contrato, a autoridade competente deverá deliberar, formalmente, quanto à vantajosidade da manutenção do contrato vigente ou inaugurar, imediatamente, os procedimentos para a extinção do contrato.

### **Seção III – Da multa de mora prevista no artigo 4º desta Resolução**

**Artigo 13** - Em caso de atraso injustificado na execução do contrato será aplicada a multa de mora prevista no artigo 4º desta Resolução:

**I** - sobre o valor da parcela inadimplida;

**II** - a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado para cumprimento da obrigação.

**§1º**- A multa de mora prevista no *caput* deste artigo será:

**1** - no caso de aquisição de bens ou de prestação de serviços não contínuos:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 60 (sessenta) dias;

b) após 60 (sessenta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, conforme o caso.

**2** - no caso de serviços e fornecimentos contínuos:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 60 (sessenta) dias;

b) após 60 (sessenta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, dadas as características do serviço prestado ou bem adquirido.

**3 - no caso de obras e serviços de engenharia:**

- a) 0,7% (sete décimos por cento) ao dia, para atraso de até 30 (trinta) dias;
- b) 1% (um por cento) ao dia, para atraso de até 30 (trinta) dias, no caso de reincidência;
- c) após 30 (trinta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, dadas as características do serviço prestado.

**§ 2º** – Os prazos referidos nos itens 1 a 3 do §1º deste artigo serão contados em dias corridos.

**§ 3º** – A multa de mora poderá:

- 1 - ser convertida na multa sancionatória prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução;
- 2 - ser aplicada em conjunto com as demais sanções previstas nesta Resolução;
- 3 - ensejar a extinção unilateral do contrato.

#### **Seção IV – Do Impedimento de Licitar e Contratar**

**Artigo 14** - A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Estado de São Paulo, será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações nos termos abaixo, quando não se justificar a imposição de declaração de inidoneidade, pelos seguintes prazos, respeitado o prazo máximo de 3 (três) anos:

**I** - de 3 (três) meses a 9 (nove) meses pela conduta de deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**II** - de 6 (seis) meses a 18 (dezoito) meses pela conduta de:

- a) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- b) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- c) retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

**III** - de 12 (doze) meses a 3 (três) anos, pela conduta de dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**IV** - de 2 (dois) anos a 3 (três) anos, pela conduta de dar causa à inexecução total do contrato.

#### **Seção V – Da Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar**

**Artigo 15** – A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações nos termos abaixo, pelos seguintes prazos, devendo ser observado o prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos:

**I** - de 3 (três) anos a 5 (cinco) anos, pela conduta de praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**II - de 4 (quatro) anos a 6 (seis) anos pela conduta de:**

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**Parágrafo único** - A sanção prevista no *caput* será aplicada quando justificada a imposição de penalidade mais grave pela prática das seguintes condutas, pelos seguintes prazos:

**I - de 3 (três) anos a 5 (cinco) anos pela conduta de:**

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- d) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

**II - de 4 (quatro) anos a 6 (seis) anos, pela conduta de dar causa à inexecução total do contrato;**

### **CAPÍTULO III - DAS COMPETÊNCIAS**

**Artigo 16** - O Dirigente da Unidade Gestora Executora (UGE) será competente para:

**I - instaurar os processos sancionatórios e de responsabilização;**

**II - aplicar as sanções de advertência e multa nos casos de inexecução parcial do contrato que não resulte em grave dano à Administração, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;**

**III - aplicar as sanções decorrentes de infrações no procedimento licitatório para constituição de Sistema de Registro de Preços, do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;**

**IV - aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, na condição de órgão participante, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.**

**Parágrafo único** - Os atos previstos neste artigo serão formalizados mediante despacho motivado, com a devida indicação dos fundamentos fáticos e jurídicos.

**Artigo 17** - O Dirigente da Unidade Orçamentária (UO) será competente para aplicar:

**I - sanção de multa pelas seguintes condutas:**

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- g) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- h) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- i) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- j) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- k) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**II - a sanção de impedimento de licitar e contratar pelas seguintes condutas:**

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

**Artigo 18** - Compete exclusivamente ao Secretário de Segurança Pública a aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, prevista no artigo 15 desta resolução, que será precedida de análise pelo órgão jurídico da Pasta.

## **CAPÍTULO IV - DA APURAÇÃO DE INFRAÇÕES E APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

### **Seção I - Das espécies de processo para aplicação das sanções**

**Artigo 19** - A aplicação das sanções objeto desta Resolução obedecerá ao seguinte:

**I** - para as sanções previstas nos incisos I a II do artigo 3º, desta Resolução e para a multa de mora será instaurado processo sancionatório;

**II** - para as sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 3º, desta Resolução, será instaurado processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou

mais servidores estáveis.

**§1º** - O processo sancionatório e o processo de responsabilização terão início com o registro da infração.

**§2º** - O processo sancionatório e o processo de responsabilização deverão ser instaurados junto ao SEI/SP - Sistema Eletrônico de Informações do Estado de São Paulo - nos termos do Decreto nº 67.641, de 10 de abril de 2023, e ser relacionados, apensados ou anexados ao processo principal, de forma que a consulta a ambos possa ser simultânea.

**§3º** - O processo sancionatório e o processo de responsabilização deverão ser instruídos com as peças extraídas do processo principal identificadas individualmente, evitando a reunião de vários documentos em um único arquivo.

**§4º** - Com o início do processo sancionatório ou do processo de responsabilização, deverão ser notificados os emitentes das garantias que houver.

## **Seção II - Do registro da infração**

**Artigo 20** - Constatada a prática das infrações previstas nesta Resolução, no transcorrer do procedimento licitatório ou durante a execução do contrato, o fato deverá ser relatado formalmente ao Dirigente da UGE para que exerça o controle preventivo e delibere sobre o prosseguimento.

**§1º** - O relato formal da infração constitui um dever do agente público que tomar conhecimento do fato.

**§ 2º** - O relato formal da infração deverá conter os seguintes elementos:

- 1 - descrição da conduta irregular praticada pelo licitante ou contratado;
- 2 - motivação do ato, com enquadramento da situação fática às infrações previstas nesta Resolução;
- 3 - memorial de cálculo da multa, com base nesta Resolução;
- 4 - proposta de aplicação das sanções, nos termos desta Resolução.

**§ 3º** - O relato formal da infração será lavrado em documento digital, por meio do SEI/SP ou outro que venha a substituí-lo.

**§ 4º** - Compete:

1 - ao agente de contratação, bem como ao presidente da comissão de contratação, conforme o caso, o relato formal da infração cometida durante a licitação.

2 - ao gestor e a qualquer fiscal do contrato o relato formal da infração cometida durante a execução contratual.

**§ 5º** - Em sendo o relato formal da infração lavrado pelo fiscal do contrato, este deverá ser remetido preliminarmente ao gestor do contrato, para que exerça o controle preventivo do ato.

## **Seção III - Do processo sancionatório para aplicação de advertência**

**Artigo 21** - À vista de relato formal sobre inexecução parcial do contrato, sem grave dano à Administração, o dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo sancionatório para aplicação de advertência.

**§ 1º** - O despacho fundamentado consistirá na conferência e aprovação da aplicação da sanção.

**§2º** - Após seu despacho fundamentado o Dirigente de UGE encaminhará os autos ao gestor do contrato, para que intime o interessado para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento da intimação.

**§ 3º** - Expirado o prazo para manifestação do interessado, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada.

**Seção IV - Do processo sancionatório para aplicação da multa prevista no artigo 2º, inciso II desta Resolução e da multa de mora prevista no 3º desta Resolução**

**Artigo 22** - À vista de relato formal sobre a prática de infração sujeita à multa ou à multa de mora, o Dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo sancionatório.

**§1º** - O despacho fundamentado consistirá na conferência e aprovação da aplicação da multa proposta no relato formal.

**§2º** - Após seu despacho fundamentado o Dirigente de UGE encaminhará os autos ao gestor do contrato, para que intime o interessado para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento da intimação.

**§3º** - Expirado o prazo para manifestação do interessado, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada.

**§4º** - Mantida a aplicação da penalidade, o interessado deverá ser intimado para ciência e, se for o caso, para pagamento da multa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação para o recolhimento, devendo comprová-lo nos autos do processo sancionatório.

**Seção V - Do processo de responsabilização para aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.**

**Artigo 23** - À vista de relato formal sobre a prática de infração sujeita às penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, o Dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo de responsabilização, nos termos do artigo 19, inciso II desta Resolução.

**§1º** - O despacho fundamentado consistirá:

- 1 - Na conferência da penalidade proposta no relato formal;
- 2 - Na constituição de comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, de acordo com o artigo 19, inciso II desta Resolução.

**§2º** - A comissão referida no inciso II do §1º deste artigo:

- 1 - avaliará fatos e circunstâncias conhecidos;
- 2 - intimará o interessado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

3 - notificará os emitentes das garantias exigidas no contrato sobre o início do processo de responsabilização para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do artigo 137, § 4º, da LLCA.



**Artigo 24** - Se estiverem presentes indícios que recomendem, desde logo, a rescisão unilateral do contrato, deverá o interessado ser intimado de ambas as consequências da infração constatada.

**Artigo 25** - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o interessado poderá apresentar alegações finais, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação.

**Artigo 26** - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

**Artigo 27** - Finalizada a produção de provas ou expirado o prazo para alegações finais, a comissão elaborará relatório pormenorizado dos fatos no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

**Artigo 28** - Os processos de responsabilização deverão ser remetidos, após o término da fase de instrução, à autoridade competente para fins de avaliação da regularidade do seu processamento.

**Parágrafo único** - Constatada a regularidade, a autoridade competente proferirá decisão, salvo nos casos de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, hipótese em que os autos serão remetidos ao órgão de assessoramento jurídico preliminarmente à decisão do Titular da Pasta.

## **Seção VI - Dos recursos**

**Artigo 29** - Da decisão que aplicar as sanções de advertência, multa, multa de mora e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação.

**Parágrafo único** - O recurso deverá ser dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis contados do recebimento dos autos.

**Artigo 30** - Da decisão que aplicar a sanção de inidoneidade para licitar e contratar, caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do seu recebimento pela autoridade competente.

**Artigo 31** - O recurso e o pedido de reconsideração suspenderão o ato ou a decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**Artigo 32** - Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

## **Seção VII - Das intimações**

**Artigo 33** - A intimação dos atos previstos nesta Resolução será feita ao preposto ou ao representante legal do interessado, conforme o caso, mediante mensagem eletrônica formal por meio do SEI/SP ao endereço de e-mail registrado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF).

**Parágrafo único** - Resultando infrutífera a intimação a que refere o *caput* deste artigo, será esta efetuada por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

## **CAPÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Artigo 34** - A imposição das sanções previstas nesta Resolução não impede a propositura de ação judicial visando à reparação integral do dano causado.

**Artigo 35** - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**Artigo 36** - Aplica-se na contagem dos prazos previstos nesta Resolução o disposto no artigo 183 da LLCA.

**Artigo 37** - A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o *caput*

deste artigo;

II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

**Artigo 38** - Os atos previstos como infrações administrativas na LLCA ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida lei.

**Artigo 39** - A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na LLCA ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**Artigo 40** - Esta Resolução deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo, os instrumentos convocatórios de licitação, os contratos e os instrumentos equivalentes, inclusive nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

**Artigo 41** - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação aos certames e contratos regidos pela Lei Federal nº 14.133/2021.

**OSVALDO NICO GONÇALVES**  
Secretário da Segurança Pública